

WATKINS, J. *Indigenous archaeology. American Indian values and scientific practice.* Walnut Creek (CA), Alta Mira Press, 2000, 234p., ISBN 0-7425-0329

Paulo De Blasis*

A arqueologia sempre foi uma disciplina de múltiplas facetas, tanto em termos científicos e culturais como políticos. O uso (e abuso) de prerrogativas arqueológicas no que concerne ao passado ou às populações aborígenes é bem conhecido, assim como também o é o apoio que os arqueólogos direcionaram aos projetos coloniais implantados em todo o mundo a partir do século XVII.

Nos Estados Unidos, uma jovem nação independente expandiu-se sobre territórios antes pertencentes aos povos nativos. A arqueologia também esteve presente nesse movimento, principalmente através da depreciação das capacidades daqueles povos e da tentativa – tanto em termos conceituais como históricos – de segregá-los dos remanescentes culturais de seu passado.

Apesar de tal postura não mais prevalecer entre os arqueólogos atualmente, a arqueologia entretanto parece ainda exercer uma espécie de “atitude colonial” em relação ao passado indígena americano. Com o crescente despertar político das nações indígenas naquele país, entretanto, muitos conflitos têm vindo à tona, sendo esse o tema do livro em tela.

Arqueologia Indígena é a expressão usada neste livro para denotar a arqueologia produzida por povos nativos ou em seu interesse. O ponto de partida é a sua visão de mundo: a arqueologia indígena faz uso da história para construir a conexão entre o registro arqueológico de uma região e etnografia (incluindo história oral, mitos e lendas) dos povos autóctones que vivem (ou viveram) ali.

Neste livro, um desenvolvimento de sua tese de doutorado, o autor, ele próprio um nativo americano com grande experiência tanto

em pesquisa arqueológica como na condução de políticas envolvendo a pesquisa em terras indígenas ou com vestígios e ancestrais indígenas, relata, de modo franco, seu posicionamento dinâmico sobre esses temas, nem sempre isento de contradições e mudanças, e como foi possível lidar com os conflitos em diferentes situações.

Entretanto, o livro não consiste apenas em um relato pessoal, mas se trata de uma bem estruturada análise desta questão nos Estados Unidos. A primeira parte discorre cuidadosamente sobre o que é relevante na legislação. Há muitas leis de proteção aos recursos culturais dos povos indígenas americanos. O NAGPRA (*Native American Graves Protection and Repatriation Act*) confere aos povos nativos a custódia de todos os resquícios, especialmente os humanos, que estejam comprovadamente relacionados, direta ou culturalmente, aos pleiteantes, assegurando-lhes o direito de reenterrar seus ancestrais. Mas como é possível aos povos indígenas (e, na realidade, também aos arqueólogos) provar que determinados vestígios, especialmente aqueles mais antigos, estão relacionados a um povo em particular? E, o que é mais importante, como conciliar a necessidade de tratar os ancestrais com a dignidade que eles seguramente merecem com o interesse científico em investigar os modos de vida e tradições dos povos nativos, interesse esse cada vez mais compartilhado com as próprias nações indígenas?

A segunda parte do livro destaca alguns casos proeminentes, que são contextualizados e analisados. Abrangem desde os progressos alcançados pelo povo Navajo em seus procedimentos com os antropólogos (nos Estados Unidos a arqueologia é parte da antropologia) até o gerenciamento de um sítio público com sepultamentos comunais no Kansas. As disputas referentes às pontas Clóvis e o

(*) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

“homem antigo” de Kennewick, datado entre 9.000 e 11.000 anos atrás, são particularmente interessantes e ilustram bem como os arqueólogos fundamentam seus argumentos quanto à inexistência de correlação entre esses vestígios e os povos aborígenes, embora lendas, paisagem “significante” e territorialidade, entre outras referências, sejam usadas para estabelecer a conexão.

E o que tem a ver tudo isso com o conhecimento indígena? De fato, tudo. Ainda que a maior parte das discussões atinentes ao conhecimento indígena focalizem questões tecnológicas e culturais relacionadas a políticas desenvolvimentistas, os recursos arqueológicos são parte integrante da herança cultural de uma nação. Com frequência, esses recursos compõem mitos e lendas, fazem parte da “história do povo daquele lugar”, e incluem soluções tecnológicas, ambientais e também adaptativas. Enquanto prática científica, a arqueologia conecta o conhecimento local aos métodos tecnológicos e científicos. Exemplos do mundo todo vêm demonstrando que a prática arqueológica tem um poder extraordinário para estimular a experimentação e a integração cultural entre as tecnologias pretéritas e tradicionais e as modernas.

Recomendo este livro bastante abrangente às pessoas interessadas em tais assuntos ou em descrições pontuais da situação nos Estados Unidos (e algumas breves observações sobre o repatriação de vestígios arqueológicos no Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Escandinávia). Ele pode ser encontrado na biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

No Brasil, por enquanto, tais questões não têm vindo a público, exceto de maneira ocasional e pontual. Entretanto, não há dúvidas de que a situação pode mudar no futuro. Levantamentos arqueológicos de caráter regional, como, por exemplo, aqueles realizados para fins de mitigação de impacto ambiental em obras de grande envergadura que atingem territórios ocupados, hoje e no passado, por diversas sociedades indígenas, podem ser utilizados, desde que corretamente instrumentados, para fins de negociação política. O patrimônio arqueológico, mais do que apenas um “recurso cultural recuperado”, pode se converter em uma arma a mais, por exemplo, contra a habitual espoliação econômica e cultural das tradicionais populações ribeirinhas profundamente afetadas pela construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos.

Resta, no entanto, muita pesquisa a ser feita para estabelecer com mais consistência os ainda tênues laços entre as culturas arqueológicas do período imediatamente anterior à chegada dos europeus e as sociedades indígenas contemporâneas. Sabe-se que, naquele período e também ao longo da época colonial, grandes movimentações populacionais tiveram lugar na maior parte do território brasileiro, e que os territórios hoje ocupados por determinados grupos foram, no passado, ocupados por outras sociedades não diretamente relacionadas com aquele grupo. Isto significa que a utilização política da informação arqueológica não deve ser rasteira ou mesmo ingênua, e que um grande esforço de pesquisa é ainda necessário na consolidação do que poderíamos chamar de história indígena.

Recebido para publicação em 21 de dezembro de 2001.